

## ENDA '22 - Nota de Imprensa

O Movimento Associativo Estudantil Nacional do Ensino Superior reuniu nos dias 5 e 6 de março de 2022, no Campus de Azurém da Universidade do Minho, em sede do Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA). O encontro, que contou com a participação de mais de 80 estruturas estudantis e cerca de 350 dirigentes associativos, teve o intuito de debater e definir as posições do movimento estudantil concatenadas com as diferentes áreas do Ensino Superior em torno da Ação Social e Abandono Escolar; da Investigação no Ensino Superior; da Valorização do Ensino Superior e do Movimento Estudantil; do Orçamento de Estado, bem como de outras temáticas.

No que concerne à **Ação Social e Abandono Escolar**, e considerando o contexto socioeconómico que o país atravessa, é inequívoca a posição quanto à **necessidade da criação de mais respostas neste âmbito**. Considera-se proeminente a revisão das normas de determinação do rendimento do agregado familiar, considerando os líquidos em vez dos ilíquidos, **a alteração do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior (RABEEES), de modo a apoiar equitativamente os estudantes de pós-graduação e de mestrado**, conforme se encontrava previsto na proposta chumbada de Orçamento do Estado para 2022 e a criação de um programa destinado ao reingresso no Ensino Superior para a conclusão de cursos superiores interrompidos durante a pandemia.

Introduzir uma norma no Regulamento + Superior para majoração da atribuição da bolsa em 15% para candidatos que decidam ingressar em ciclos de estudos previamente sinalizados como áreas de formação prioritárias, por exemplo, a formação de professor.

Além disso, entende o movimento que **devem ser criadas novas linhas de apoio direcionadas aos estudantes bolseiros, com vista à redução de custos no ensino superior**. O movimento entende que deve ser criado um **apoio para a deslocação para estudantes não deslocados**, atribuído mensalmente, entre a residência permanente do agregado familiar do estudante e a IES que frequenta. **Adicionalmente, o movimento recomenda a criação de um modelo de subsídio de mobilidade destinado a estudantes deslocados em Portugal continental**.

Paralelamente, é defendida a **criação de apoios inerentes à aquisição de material informático bem como de livros e de materiais necessários à prossecução dos estudos no Ensino Superior**.

Outra exigência passa por **definir mecanismos legais que permitam a identificação de estudantes com pagamento de propinas em atraso, no sentido de conhecer os motivos e encontrar soluções**. A posição do movimento face a esta matéria é inequívoca: nenhum estudante pode ficar arredado do acesso ao ensino superior em função de questões socioeconómicas.

Ainda relativamente a este ponto, ficou vincada a **posição do movimento relativamente aos estudantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), onde é exigida, ao Estado Português, maior responsabilidade e agilidade na contribuição e facilitação dos processos burocráticos para estes estudantes**.

Outra matéria que se assume como uma preocupação das estruturas estudantis é a **Investigação no Ensino Superior**, onde foram debatidas a **prorrogação da entrega das teses de doutoramento de todos os estudantes**, à semelhança do disposto no artigo 259.º da Lei 75-B/2021 -

Lei do Orçamento do Estado para 2021, a contemplar no novo orçamento de estado para 2022 e a abolição da taxa de admissão para as provas de Doutoramento, uma vez que é duplamente injustificada, tanto pelo pagamento de uma propina associada à frequência no ensino superior, bem como pelo fim de custos associados, em função da evolução tecnológica, inerentes ao acesso para estas provas.

Concomitantemente, foram discutidos os problemas em torno da **precariedade científica vivida pela maioria dos bolseiros de investigação**, onde muitas vezes estes acabam por não ser verdadeiros bolseiros, mas sim investigadores a tempo inteiro **que merecem ser reconhecidos como tal pelas instituições que integram, com um vínculo contratual digno, que permita estabilidade e que não limite o acesso pleno aos direitos laborais**. Desta forma, torna-se um assunto alarmante, que preocupa o movimento e que carece de soluções.

Ainda relativamente a este ponto, o Governo português é dos que menos investe em investigação e desenvolvimento na União Europeia, sendo que o investimento português é o 9.º mais baixo. O reduzido financiamento estatal leva a que os investigadores recorram, cada vez mais, ao financiamento por bolsas privadas e prémios, o que obriga à submissão de mais propostas, aumentando a carga de trabalho e diminuindo a produtividade da pesquisa. Assim, destaca-se a **necessidade de reorganização da FCT, a nível estrutural, estatutário, de financiamento e supervisão, sobretudo no que toca à sua articulação com o estado**. O movimento considera ainda que as verbas destinadas à recuperação da economia no período pós-pandemia são uma oportunidade para o **desenvolvimento do sistema nacional de inovação, alicerçado no contributo das IES, é necessária uma política coesa na translação de conhecimento científico**.

No que diz respeito à **Valorização do Ensino Superior e do Movimento Estudantil**, as Instituições de Ensino Superior que não possuam regime fundacional, têm vários entraves ou passos que têm de conseguir ultrapassar para obterem um contrato de cedência de direito de superfície sob os seus imóveis. Para além deste processo ser moroso, repelindo a apresentação de candidaturas a este programa, a maioria destes pedidos têm sido recusados pela Secretaria de Estado do Tesouro. Assim, de forma a **abranger o máximo de Associações de Estudantes no Programa de Apoio Infraestrutural (PAI) do Instituto Português do Desporto e Juventude** e desta forma melhorar as condições das suas instalações, o movimento defende a **atualização do artigo 20.º, da Portaria n.º286/2020 de 14 de dezembro, passando este a considerar adicionalmente contratos de comodato de pelo menos 20 anos das instalações que se candidatam ao abrigo do mesmo**.

A preocupação com estágios curriculares e extracurriculares não remunerados foi um dos temas em discussão sendo que para o movimento é **urgente a importância da valorização e dignificação do trabalho do jovem estudante académico**, bem como o combate das desigualdades de oportunidade através da remuneração dos estágios curriculares e extracurriculares. Deste modo, deve ser **criada uma bolsa correspondente a 17,5% do IAS, destinada às ajudas de custo bem como a obrigatoriedade do pagamento do subsídio de refeição por parte das entidades acolhedoras**.

Ademais, a Valorização do Ensino Superior também passa, no entender do movimento, por **manter o Ensino Superior e Ciência enquanto área ministerial, bem como a retoma de uma tutela exclusiva para a área da Juventude na orgânica do Governo**. Paralelamente, a **valorização do movimento estudantil também passa por assegurar o cumprimento dos diferentes tipos de apoio que devem ser prestados às Associações de Estudantes**, previstos no Regime Jurídico do Associativismo Jovem (RNAJ) bem como a **criação de um grupo de trabalho dedicado ao desenvolvimento de uma proposta de “Estatuto do Estudante do Ensino Superior”**.

Por fim, em relação a matéria atinente à valorização do ensino superior, o movimento defende a **criação e implementação de um estatuto de estudante praticante de atividades artísticas do ensino superior** que preveja os seus direitos e deveres.

Relativamente ao **Orçamento de Estado**, a par da posição inequívoca do movimento quanto à **necessidade do reforço claro do investimento no ensino superior e nos apoios sociais**, onde é exigido que na futura proposta de Orçamento de Estado, para o ano de 2022, seja contemplado um **reforço do Plano Nacional de Alojamento Estudantil e do Programa +Superior**. Simultaneamente, o movimento deliberou no sentido da **necessidade do reforço do investimento na saúde, em Portugal**.

**A urgente revisão do RJIES foi outra das grandes preocupações do movimento**. O art.º 185º do RJIES estabelece que “a aplicação da presente lei é objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor” algo que, infelizmente, ainda não aconteceu e é uma necessidade clara identificada pelas diferentes estruturas estudantis, uma vez que se encontra distante da realidade atual. Assim, o movimento defende a constituição de um grupo de trabalho liderado pelo Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES) e participado pelos diferentes atores representativos do sistema de Ensino Superior, nomeadamente as Associações e Federações Académicas, através da auscultação do Movimento Estudantil, com o intuito de debater questões e aprofundar matérias relacionadas com a aplicação da Lei n.º 62/2007.

No que diz respeito a outras matérias discutidas em sede de ENDA, **a transição climática também não ficou arredada do debate** constituindo-se como uma preocupação coletiva, alvo de reivindicações por parte do movimento, desde o cumprimento da redução das emissões, ao acompanhamento da necessária reconversão profissional e salvaguarda social dos mais prejudicados pela sua execução, e ao reforço do investimento em modalidades de transporte público coletivo. **As preocupações com a saúde mental também foram alvo de discussão, em especial nos estudantes do Ensino Superior**. Desta forma, **a Inovação Pedagógica ao serviço da Saúde Mental é um dos focos, procurando-se olhar para este problema no Ensino Superior**, através de uma nova perspetiva, assumindo que o combate a este flagelo passa sobretudo pela reversão do papel que a pedagogia tem nesta equação. Assim, deixa de ser uma das causas do problema e torna-se uma das mais determinantes soluções.

A mais recente situação que a Ucrânia não ficou indiferente ao ENDA, tendo **o movimento expressado a sua solidariedade para com o povo ucraniano**, bem como o reconhecimento do seu direito à paz autodeterminação e integridade territorial, defendendo uma solução pacífica para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Por fim, informa-se que o ENDA elegeu o seu representante para o Conselho Nacional de Educação, tendo sido eleita a estudante da Universidade do Porto e presidente da FAP, Ana Gabriela Cabilhas.

Guimarães, 6 de março de 2022